



António Carlos do Rosário

36º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS “DÍVIDAS OCULTAS”

## “Dívidas foram usadas como pretexto para o corte de apoio ao Orçamento de Estado, mas havia outros interesses políticos”, António Carlos do Rosário

No 10º e último dia da sua audição, António Carlos do Rosário defendeu ontem que não existe nenhuma relação de causa e efeito entre as “dívidas ocultas” e o corte do apoio directo ao Orçamento de Estado, desde 2016. Respondendo às perguntas do seu advogado (Isálcio Mahanjane) no último dia da sua audição, o antigo Director Nacional da Inteligência Económica do SISE disse que as “dívidas ocultas” foram usadas como pretexto do que se pretendia fazer desde o ano de

2009, depois da proclamação e validação dos resultados das eleições gerais. “Certos actores pretendiam que Moçambique tivesse outra configuração política e, depois das eleições de 2009, começamos a ver sinais de chantagem e ameaças. Tais sinais visavam a alteração do quadro constitucional para acomodar interesses contrários aos do povo moçambicano e que reflectissem a geografia do voto regional, perdendo de vista o resultado nacional”.

O reu explicou que o Estado conseguiu re-

sistir a essas agendas, mas a pressão continuou. “Depois de 2013, começamos a assistir a uma pressão internacional no sentido de o Estado parar com o Projecto de Protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique e entrega-lo a um operador privado que opera a partir de uma província costeira do centro do País. Resistimos porque sabíamos que estávamos perto da realização das eleições de 2014. Aceitar aquela proposta era receita de fracasso do projecto e desencadeamento de

acções subversivas de grande escala”.

Para o antigo Director Nacional da Inteligência Económica do SISE, os empréstimos com garantias de Estado concedidos às empresas ProIndicus, EMATUM e MAM não foram ocultos. “As dívidas não foram contraídas em praças suspeitas, não foram contratadas à porta de cavalo. As dívidas foram usadas como pretexto para pressionar o Governo. Não é possível uma dívida ser oculta quando no momento em que o instrumento da sua criação é transacionado no mercado, as

agências noticiosas, como Bloomberg e Reuters, anunciam em tempo real. E foi o que efectivamente aconteceu”. O reu disse ser estranho que os bancos europeus não deem informações do momento em que perderam o rastro do dinheiro das dívidas, tendo eles todas as condições de fazer o rastreio.

Sobre o corte de apoio directo ao Orçamento de Estado, António Carlos do Rosário disse que não se pode falar de ajuda. “O apoio ao Orçamento não é ajuda porque não era algo desinteressado, os chamados doadores im-

punham condições. Ajuda é algo desinteressado. E nós não vamos desenvolver enquanto continuarmos a depender de ajuda. Quem nos ajuda pensa mais nos seus interesses do que nos nossos. As dívidas foram um pretexto para nos cortar as pernas e tornarmo-nos eternamente pedintes. Nós decidimos que, no lugar de continuarmos a receber seis a 10 milhões de euros de ajuda ao Orçamento de Estado, fossemos nós próprios a controlar os nossos recursos marinhos e a ganhar receitas até 190 milhões de dólares por ano”.

## Ministério Público volta a interrogar Bruno Langa e Ângela Leão



Bruno Langa



Ângela Leão

Depois da audição de António Carlos do Rosário, o Ministério Público pediu ao tribunal para voltar a interrogar mais dois réus, nomeadamente Bruno Langa e Ângela Leão. A representante do Ministério Público disse que na diligência de busca e apreensão foram apreendidas duas armas de tipo pistola e outra caçadeira na residência de Bruno Langa.

Em relação à arma de tipo pistola, o Ministério Público questionou quando e onde foi adquirida, ao que o reu respondeu que comprou na Afro Caça, uma loja situada na Cidade de Maputo, e pediu a licença ao Ministério do Interior. Questionado porquê razão não renovou a licença de porte e uso da arma desde 14 de Março de 2018, Bruno Langa justificou que não usava a pistola. “Não era algo importante para mim. Estava guardada

no cofre. Quando pediram para abrir o cofre, encontraram a arma”.

Em relação à arma de tipo caçadeira, o reu começou por negou tratar-se de uma caçadeira. “É uma arma de pressão de ar, caçadeira é calibre 12. Arma de pressão usa-se para caçar pássaros e não carece de licença”. O reu disse que comprou a arma na África do Sul para caçar rolas. “Quando cheguei à fronteira fui informado que aquele tipo de arma não precisa de licença e toda a gente que tem arma de pressão de ar não possui licença”, disse Bruno Langa.

À ré Ângela Leão, o Ministério Público questionou as circunstâncias e os motivos para a elaboração de dois subcontratos entre a M Moçambique Construções e as empresas do grupo Privinvest, à luz dos quais a empresa

de Fabião Mabunda recebeu mais de 270 milhões de meticais, usados no interesse do casal Gregório e Ângela Leão. Em resposta, Ângela Leão disse que não tem nada a ver com assuntos relacionados com Fabião Mabunda e o grupo Privinvest. “Depois de ouvir António Carlos do Rosário, ficou claro que as pessoas envolvidas na dívida não estão aqui para responder”. Perguntada de quem foi a iniciativa de elaboração dos dois subcontratos usados para justificar, nos bancos moçambicanos, a recepção de valores usados no interesse do casal Gregório e Ângela Leão, a ré respondeu nos seguintes termos: “Se os valores foram usados no interesse do casal Gregório e Ângela Leão, é a conclusão do Ministério Público. Não sei de quem foi a iniciativa de elaboração desses subcontratos”.

# Joia Haquirene, oficial do SISE, foi o primeiro declarante a ser ouvido pelo tribunal

Às 13h45, começou a audição de declarantes e o primeiro (de uma longa lista com perto de 70) a ser ouvido foi Joia Haquirene, 59 anos, oficial do SISE desde 1978. Confirmou que era representante do SISE no GIPS, por designação do então Director-geral dos serviços secretos, Gregório Leão. Não contribuiu com nenhum valor para a subscrição da cota de 30%, e nem teve ganhos na GIPS, porque estava na empresa em representação do SISE. Os serviços sociais da secreta moçambicana controlavam 70% do capital da empresa, enquanto o SISE tinha 30%. A GIPS foi constituída em Dezembro de 2011, com o objectivo de desenvolver actividades económicas para gerar fundos para a empresa.

Em 2013, Jóia Haquirene explicou que deixou de ser sócio da GIPS em representação do SISE por ordens superiores. “Os meus colegas disseram-me que devia fazer a cedência da minha cota para GIPS porque havia alguns parceiros ou investidores interessados em fazer parceria com a empresa, mas não gostariam de o fazer existindo um accionista singular. Assinei um documento da renúncia da minha cota a favor da GIPS”. Numa primeira fase, Jóia Haquirene actuou como administrador execu-

tivo da GIPS, mas disse que não acompanhava o dia-a-dia da empresa. “Depois da nomeação de um director executivo da empresa, passei a administrador não executivo até à renúncia da minha cota”.

O único acto administrativo relevante de que se lembra ter praticado como administrador executivo da GIPS é a assinatura de cheques da empresa, incluindo alguns destinados a pagar despesas da ProIndicus e da EMATUM. “A primeira vez que me trouxeram cheques para assinar, não fiz cópias. Mas a segunda vez fiz cópias dos cheques porque vi valores altos que me deixaram assustados: eram cheques de 10 e de 20 milhões de meticais a favor da ProIndicus. A terceira e última vez que fui solicitado para assinar cheques também fiz cópias. E antes de assinar sempre consultava o Director-geral e ele dava resposta positiva”. Jóia Haquirene disse que assinou cheques na altura em que o seu colega Raufó Ismal Irá, também administrador executivo da GIPS, estava fora do País por razões de saúde.

O declarante disse que nunca ouviu falar do Sistema de Monitoria e Protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique, mas confirmou ter assinado a subscrição do capital

social da ProIndicus em representação do accionista GIPS. “Eu encontrava a documentação já feita e diziam que há ordens para assinar. Eu não me preocupava em saber para que efeitos eram os documentos, só assinava documentos como administrador da GIPS. Eu fazia isso porque estava convencido de que era do interesse do SISE e da segurança do País. É assim como nós funcionamos no SISE”. Disse que não se lembra de alguém o ter informado dos passos para a criação de outras empresas participadas pela GIPS, nomeadamente a EMATUM e a MAM.

Questionado se na sua qualidade de oficial do SISE e accionista do GIPS teria participado na criação de empresas denominadas como veículos operativos dos serviços secretos, Jóia Haquirene respondeu nos seguintes termos: “Deixe-me coçar a cabeça. Sempre soube que veículos eram carros. Só comecei a ouvir agora neste julgamento que há veículos operativos. Se não sei o que é veículo operativo, não posso ter participado na sua criação”. Questionado como provar que a cota de 30% que detinha na GIPS não era sua, mas do SISE, Jóia Haquirene disse que não tinha como provar. “Mas tenho pessoas que podem testemunhar”.



## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autora:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

### PROGRAMMATIC PARTNER



### FINANCING PARTNERS

